

O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo ‘pós-humanista’ *

Maria Manuel Baptista **

*«É uma ilusão pensar que o fio da língua, como o de Ariana,
basta para desenhar os contornos ou os meandros
desse labirinto de nova espécie que foi –
e continua sendo como nosso espaço simbólico –
o finado império e as suas intrincadas malhas».*
Eduardo Lourenço, 1999

A presente comunicação parte da ideia de que o conceito de lusofonia é um bom conceito para abandonar, pois é um termo que imagina designar e conter em si um espaço linguístico-cultural que teria desde logo como centro os ‘lusos’ ou os ‘lusíadas’, apesar de o discurso oficial, de intelectuais e políticos dos mais diversos quadrantes e formações, ser incapaz de assumir claramente, e sem hipocrisia, a não inocência de um tal conceito.

A este propósito são perfeitamente esclarecedoras as palavras de Eduardo Lourenço: «Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*»¹.

* Comunicação apresentada ao III Seminário Internacional «Lusografias», promovido pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora, 8 a 11 de Novembro de 2000.

** Toda a correspondência sobre este artigo deve ser enviada para Maria Manuel Baptista, Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 3810 Aveiro, Portugal, ou para o seguinte endereço electrónico: mbaptista@dlc.ua.pt

¹ Eduardo Lourenço, «Cultura e Lusofonia ou os Três Anéis», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp.162/163

Na verdade, a questão da lusofonia, como de resto acontece igualmente com a francofonia, só pode ser adequadamente dilucidada num contexto mais vasto que é o da nossa actual cultura mundializada, a braços com a, porventura, mais profunda crise que o pensamento ocidental já viveu, situação cultural e espiritual que tem sido comumente designada por pós-modernismo, pós-humanismo, pós-cristianismo ou pós-colonialismo.

A nosso ver, o conceito de lusofonia, de que pretendemos ocupar-nos na presente comunicação, só pode ser plenamente pensado e compreendido se integrado no âmbito das principais perplexidades com que se debate a cultura contemporânea, problemáticas nas quais a cultura portuguesa actual não pode deixar de participar.

1 – Universalidade versus Relatividade Cultural

De entre aqueles que, entre nós, têm procurado um sentido, simultaneamente retrospectivo e prospectivo para a lusofonia, destaca-se Eduardo Lourenço. É sabido que Lourenço é um europeísta convicto, ora crítico e desiludido, ora utópico e entusiasta, e que as suas reservas face à lusofonia são claras e reiteradamente assumidas nos diversos textos que tem publicado sobre esta matéria. O que talvez seja menos conhecido é o inestimável contributo que a sua reflexão, sobretudo se integrada numa visão de conjunto da sua obra, pode trazer quer para a análise teórica do conceito de lusofonia, quer para a real construção de um espaço simbólico e imagético lusófono, efectiva e afectivamente vivido e partilhado por todos quantos falam a língua de Camões.

Data já dos anos 40 a profunda preocupação de Lourenço pela temática da universalidade versus particularidade da cultura portuguesa. Em textos da década de 50, a preocupação do filósofo alargou-se à questão da universalidade da cultura europeia, duvidando profundamente, já nessa altura, de qualquer género de veleidade cultural de pendor eurocêntrico. As leituras de Kierkegaard e de Nietzsche haviam-no conduzido a um profundo descrédito nos poderes da onnipotente razão hegeliana. Seduzido pela temática existencialista, renitente (ontem como hoje) ao materialismo ou ao ateísmo, fascinado por uma certa metodologia fenomenológica e sempre sensível à incontornável temática da relação ao Absoluto, o filósofo não pode deixar de gravitar constantemente em torno das questões metafísicas, ao mesmo tempo que faz suas as exigências éticas do marxismo que, em forma de neo-realismo, constituía a

oposição política oficial ao regime salazarista. Heterodoxo por natureza, Lourenço é um filósofo desalinhado que, na sua passagem pelo Brasil, fez questão de deixar clara a sua oposição ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre².

Através do profundo, complexo e constante diálogo que mantém com a obra de Pessoa, não pode deixar de considerar que o máximo respeito pela diversidade e riqueza da condição humana terá de passar pelo pessoano ‘ser tudo de todas as maneiras’. Em 1967, num texto prefácio à obra de Foucault, *As Palavras e as Coisas*, significativamente intitulado «Michel Foucault ou o Fim do Humanismo»³, Lourenço acrescenta à nietszcheana morte de Deus a foucaultiana morte do Homem, de resto já anunciada por Heidegger.

Deste modo, não restam nos textos de Lourenço, especificamente nos desta época, nem homem português, nem homem luso-tropical, nem homem europeu, nem homem ocidental, nem um qualquer outro sujeito com o mínimo de unidade e autonomia. À morte do Deus do pensamento judaico-cristão corresponde, inevitavelmente, a morte do sujeito hegeliano ocidental (mas não da inquietação metafísica que advém da incontornável questão da tragicidade da vida humana). A pulverização do sentido é só já uma consequência e o relativismo parece poder instalar-se no seio de uma reflexão que, significativamente, e ainda assim, não soçobra ao nihilismo corrosivo e paralisante.

Partindo embora de um paradigma pós-cristão⁴, pós-humanista e pós-colonial, os textos escritos pelo filósofo nas últimas décadas revelar-se-ão tão espantosamente construtivos, prospectivos, positivos e utópicos quanto lúcidos, críticos e corajosamente corrosivos dos lugares comuns politicamente correctos no contexto da nossa jovem democracia. A abordagem que faz do conceito de lusofonia numa das colectâneas de ensaios que recentemente publicou⁵ é um dos exemplo mais acabados do que acabamos de afirmar.

² Eduardo Lourenço, «A Propósito de Freyre (Gilberto)» (1961), *Ocasionais I 1950-1965*, col. Ensaios, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1984, pp.105/112

³ Eduardo Lourenço, «Foucault ou o Fim do Humanismo», *As Palavras e as Coisas – Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, col. Signos 47, Lisboa, Ed. 70, 1967, pp. 9/20

⁴ Eduardo Lourenço rejeita a designação de pós-moderno, por com ele se pretender frequentemente ‘branquear’ que é da morte da cultura judaico-cristã que se trata na cultura contemporânea

⁵ Referimo-nos à obra já citada *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*.

2 - Lusofonia e Pós-colonialismo

Os estudos pós-coloniais, que nas últimas décadas do século XX se têm multiplicado vertiginosamente, têm contribuído para reiterar a percepção que o homem europeu vem tendo de si próprio como uma variação possível dentro da condição humana. Da psicologia à antropologia, da sociologia à história, da matemática à medicina, as investigações apontam inequivocamente no sentido da profunda diversidade humana. O próprio estruturalismo teve de se volver em pós-estruturalismo e, hoje, a última palavra em matéria dos tão populares ‘estudos culturais’ parece caber à etnografia que se move no âmbito do mais puro relativismo ‘científico’, hipócrita lugar comum da nossa actual cultura americano-mundializada.

Na verdade, se o que resta é a pura diferença e a particularidade irreduzível da diversidade humana, que realidade pretendemos nós recobrir com o conceito de lusofonia? Ou, numa linguagem e registo tipicamente lourenceanos, que realidade mitológica pretendemos nós, consciente ou inconscientemente, designar com o termo lusofonia? E o que nos leva a fazê-lo, para além da constatação empírica, e segundo Eduardo Lourenço, em si própria ‘vazia de sentido’, de que falamos a mesma língua da Galiza a Timor? Ou, ainda mais profunda e incisivamente, não será que a actual cultura, partilhada por ex-colonizadores e ex-colonizados, só é pós-colonial porque não conseguiu ainda sair da órbita do paradigma colonial europeu dos séculos XIX e XX?

A questão é abordada por Eduardo Lourenço numa dupla perspectiva: a da língua e a da cultura⁶. Do ponto de vista da língua, é forçoso reconhecer não só a extrema diversidade da língua portuguesa no espaço lusófono, o que é um fenómeno legítimo e natural no contexto da apropriação vivida que cada comunidade faz da língua que chama sua, como ainda, e sobretudo, o facto de a língua ‘lusa’ ter uma presença e importância muito diversas nos países de língua oficial portuguesa, podendo ir desde a situação do Brasil, que a tem como língua materna, até à posição extrema de língua absolutamente estranha e estrangeira como o é, por exemplo, para largas faixas da população moçambicana, angolana e timorense.

⁶ Sublinhe-se que, no contexto da reflexão lourenceana o conceito de cultura não advém nunca nem da sociologia, nem da antropologia ou sequer da psicologia social, mas do plano do mitológico, do simbólico e do imaginário.

No plano simbólico, a questão torna-se ainda mais complexa pois, de acordo com Eduardo Lourenço, para nós portugueses, a lusofonia preenche um espaço imaginário de nostalgia imperial, para que «(...) nos sintamos menos sós e sejamos visíveis nas sete partidas do mundo»⁷. Na verdade, e sobretudo para alguma elite intelectual portuguesa, parece-se tratar-se de um reflexo de ‘jangadismo cultural’ antieuropeísta, uma espécie de ‘fuga para a frente’, que não passa de um refúgio imaginário. É que, para além de Portugal não enfrentar nenhum perigo real de perda de identidade cultural no contexto da Europa, a lusofonia ou já aí está e é suportada por uma qualquer realidade que lhe é pré-existente, e que é necessário cultivar, ou ela constitui um refúgio ‘*pleonástico*’.

Nas palavras de Eduardo Lourenço, «(...) os atlânticos a atravessar já os atravessámos em todos os sentidos. A *lusofonia*, como música apropriada a essa comunidade, está connosco pelo mundo repartida. A nossa luta deve consistir apenas em não perder de vista *aquilo* que já existe, e em não nos perdermos de vista, face *àquilo* que já existe»⁸.

Mas se analisarmos, ainda com Eduardo Lourenço, a que realidade se referem os outros povos que também têm por língua o português, não podemos deixar de verificar que não existe *um* imaginário, mas *múltiplos* imaginários lusófonos. Quer dizer, o que nós entendemos por lusofonia, conceito já de si vago, impreciso e ‘pós-colonialista’, só em parte coincide com aquilo que o Brasil, a Galiza, Timor, Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a Guiné conceptualizam e imaginam sob esta designação. É que, «o imaginário lusófono tornou-se definitivamente, o da *pluralidade* e o da *diferença*, e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextrincavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense. Puro voto piedoso?», interroga-se o filósofo.⁹

⁷ Eduardo Lourenço, «Imagem e Miragem da Lusofonia» (1996), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.181

⁸ op.cit., p.166

⁹ Eduardo Lourenço, «Errância e Busca num Imaginário Lusófono» (1987), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, op.cit., p.112

De facto, o verdadeiro diálogo lusófono nem sequer começou. Todos dizemos falar a mesma língua, mas até agora só estivemos a ‘dizer coisas’ sem comunicar verdadeiramente.

3 – A Utopia: do Multiculturalismo Relativista à Construção da Lusofonia

Diz Castoriadis¹⁰ que o grande desafio à nossa época de múltiplas possibilidades e infinitas potencialidades é precisamente a auto-limitação. Quer dizer, porque posso fazer tudo, porque tudo parece permitido e de igual valor, a auto-determinação e auto-limitação tornou-se hoje o desafio fundamental. Assim, a um momento de dissolução de limites para a acção humana e ao estado de descrédito e cepticismo corrosivo e pessimista ao nível teórico, parece suceder-lhe no pensamento europeu um espaço para uma reflexão ética auto-determinada em torno dos limites do humano, e dos limites da sua relação com a natureza, bem como um novo género de pensamento utópico que desponta¹¹.

A par deste duplo movimento, a filosofia parece ter recuperado um pouco o seu lugar de espaço de liberdade da reflexão, embora se apresente agora em configurações menos usuais e a partir de espaços menos institucionais. Quanto à literatura, ela ressurgiu renovada como o espaço de eleição europeu de expressão do seu imaginário e lugar de reelaboração, agora consciente e deliberada, das grandes utopias europeias¹².

A riqueza e profundidade da obra de Eduardo Lourenço revela-nos precisamente todo este movimento: da desconstrução de todos os absolutos, de todos os valores, caminhando sobre as areias movediças do pensamento pós-moderno, o filósofo nunca soçobrou ao esforço de melhor compreender a realidade do homem europeu e português do século XX, as suas preplexidades, a sua alienação num género de caos em cujo jogo racional-irracional a própria cultura se encontra dissolvida. Os ensaios dos últimos anos revelam-nos a possibilidade de instituição de valores culturais e de

¹⁰ Cornelius Castoriadis, «Pour un Individu Autonome» (1997), *Manière de Voir- Penser le XXIe Siècle*, n°52, Paris, Le Monde Diplomatique, Juillet-Août 2000, pp.14-15

¹¹ Jean-Yves Lacroix, *L’Utopie*, col. Philosophie Présente, Paris, Bordas, 1994; Raymond Trousson, *D’Utopie et D’Utopistes*, col. Utopies, Paris, Ed. L’Harmattan, 1998; AAVV, «L’Utopie I: La Fabrique de L’Utopie», *Quaderni, La Revue de la communication*, n°40, Paris, Ed. Sapientia, Hiver 1999-2000, AAVV, «Utopies», *Revue des Deux Mondes*, Paris, ed. Societé de La Revue des Deux Mondes, Avril 2000; AAVV, «La Renaissance de L’Utopie», *Magazine Littéraire*, Paris, n°387, Mai 2000.

¹² AAVV, «Philosophie, La Nouvelle Passion – Nouveaux Enjeux et Nouveaux Auteurs», *Magazine Littéraire*, Paris, n° 339, Janvier 1996

cultura. À cultura como facto opõe Lourenço a cultura como tarefa poiética do imaginário, como vivência trágica do destino de cada homem e de cada povo em particular.

À constatação da ausência de um valor cuja fundamentação última residiria num qualquer absoluto, segue-se em Lourenço a exigência de instituição do valor, na linha de Castoriadis¹³, mais autêntico, porque mais atento à verdade do ser (ecoando claramente a preocupação fundamental da filosofia heideggeriana¹⁴), mais humano, porque mais conscientemente trágico, pois que se sabe frágil por natureza e em estado de permanente auto-rectificação.

Assim, à universalidade de uma qualquer cultura não se oporia a especificidade (e relatividade) de todas elas, mas a verdadeira criação cultural seria o irrepetível acontecimento poiético de instituição de uma sobre-realidade que acrescentaria valor à realidade humana e, por isso, lhe conferiria mais sentido (embora sempre precário, por natureza). Um pouco à maneira de Nietzsche¹⁵ tratar-se-ia da construção do homem pelo próprio homem, agora de um outro homem. Mas, diferentemente de Nietzsche, esse novo homem não aboliria em si o plano da inquietação metafísica, do sentido transcendente e último do mundo e da vida, pois que a agudíssima consciência de fragilidade e limitação do homem é a herança incontornável que não abandonará mais o homem que atravessou o deserto criticista corrosivo e desconstrucionista do pensamento pós-moderno¹⁶.

Deste modo, a verdadeira obra cultural é aquela que nos abre o universo das possibilidades de confronto do humano com o sem sentido do mundo, de si próprio e do outro homem. O valor cultural é aquele que se institui como resultado deste confronto e que, assim, desenha os limites do humano, limites que não constituem uma paradigma da natureza humana, no sentido clássico do conceito, paradigma para sempre perdido, mas que se encontram permanentemente em estado de possível expansão e abertura, admitindo uma miríade de configurações, que reflectem precisamente a complexidade, multiplicidade e diversidade do ser humano.

Deste modo, e nas palavras do próprio Eduardo Lourenço, «(...) trata-se do fim da história enquanto história universal europeia, ou história na qual a Europa é o centro.

¹³ Cornelius Castoriadis, *L'Institution Imaginaire de la Société*, Paris, Ed. du Seuil, 1975

¹⁴ Martin Heidegger, *Carta Sobre o Humanismo*, (1947), Lisboa, Guimarães Editores, 1980 (2ªed.)

¹⁵ F. Nietzsche, *Assim Falava Zaratustra*, col. Obras Escolhidas de Nietzsche, volIV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

¹⁶ François Chirpaz, *Le Tragique*, col. Que sais-je?, Paris, PUF, 1998

Mas isso não equivale a dizer que nós entremos em todos os dilemas de uma visão relativista (...). Haverá uma história de uma outra maneira. Uma história onde o sujeito não será somente o sujeito humano geral, não suposto, implícito na nossa concepção de história universal. Mas uma história na qual cada cultura, cada memória e cada história terá de recuperar o sujeito que ela tinha perdido, ou que lhe tinha sido negado»¹⁷.

Aplicando uma tal concepção à lusofonia não podemos deixar de constatar que estamos ainda na pré-história da constituição de uma comunidade lusófona pois que cada cultura que a compõe tem ainda de recuperar a sua memória e história próprias, reencontrar o sujeito que lhe é próprio, de modo a colocar-se em condições de «(...) medir esse impalpável mas não menos denso sentimento de *distância cultural* que separa, no interior da mesma língua, esses *novos* imaginários. Que nem são assim tão novos. Nós é que não os víamos e agora queremos vê-los *de mais*»¹⁸.

Deste modo, a tarefa primeiríssima de construção de uma comunidade lusófona, à qual no presente nada corresponde de substantivo que ultrapasse os interesses pontuais de pequenos grupos políticos, económicos e de parte das elites intelectuais dos respectivos países, consiste na tomada de consciência da diversidade histórica, cultural, simbólica e imaginária dos diversos povos falantes do português, sem que se caia no domínio do relativismo ético e cultural, onde afinal tudo se equivale e nenhum projecto vale verdadeiramente a pena ser sonhado e muito menos concretizado.

Sair do discurso acrítico, de auto-celebração e auto-centração para aceitar a pluralidade e o confronto saudável de imagens e contra-imagens emergentes no e do espaço lusófono, eis o desafio que enfrentamos quando queremos pensar o que ainda permanece impensado no conceito de lusofonia¹⁹. Como nos diz Eduardo Lourenço, «agora sujeitos históricos e políticos *autónomos*, independentes, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses, na nossa comum língua ou noutra expressão linguística, reconhecem-se sobretudo como *actores* da sua cultura, fundamento da sua identidade. É no espaço cultural, não só empírico, mas

¹⁷ Eduardo Lourenço et al, *Chemins de la Pensée: Vers de Nouveaux Langues*, dir. Eduardo Portella, Paris, Ed. Unesco, 2000, p.124

¹⁸ Eduardo Lourenço, «O Novo Espaço Lusófono ou os Imaginários Lusófonos», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, op.cit., p.192

¹⁹ cf. Maria Manuel Baptista, «Da Cultura Europeia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço», Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e Palop, Faculdade de Ciências Económicas – Universidade de Santiago de Compostela, 13 a 15 de Setembro de 2000 (a aguardar publicação).

intrinsecamente *plural*, que os novos imaginários definem que um qualquer sonho de comunidade e proximidade se cumprirá ou não»²⁰.

E se «não há razão para não sonhar a sério – mesmo com os perigos de delírio que comporta – uma comunidade de raiz linguisticamente portuguesa (...), sonhá-la a sério significa não ser o único sonhador dela e saber que os outros não a sonham como nós. É assim que estará certo, porque o não será de outra maneira»²¹.

Bibliografia

AAVV, «L'Utopie I: La Fabrique de L'Utopie», *Quaderni, La Revue de la communication*, nº40, Paris, Ed. Sapiencia, Hiver 1999-2000

AAVV, «La Renaissance de L'Utopie», *Magazine Littéraire*, Paris, nº387, Mai 2000.

AAVV, «Philosophie, La Nouvelle Passion – Nouveaux Enjeux et Nouveaux Auteurs», *Magazine Littéraire*, Paris, nº 339, Janvier 1996

AAVV, «Utopies», *Revue des Deux Mondes*, Paris, ed. Societé de La Revue des Deux Mondes, Avril 2000

Baptista, Maria Manuel, «Da Cultura Europeia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço», Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e Palop, Faculdade de Ciências Económicas – Universidade de Santiago de Compostela, 13 a 15 de Setembro de 2000 (a aguardar publicação).

Castoriadis, Cornelius, «Pour un Individu Autonome» (1997), *Manière de Voir- Penser le XXIe Siècle*, nº52, Paris, Le Monde Diplomatique, Juillet-Août 2000, pp.14-15

Castoriadis, Cornelius, *L'Institution Imaginaire de la Societé*, Paris, Ed. du Seuil, 1975

Chirpaz, François, *Le Tragique*, col. Que sais-je?, Paris, PUF, 1998

Heidegger, Martin, *Carta Sobre o Humanismo*, (1947), Lisboa, Guimarães Editores, 1980 (2ªed.)

Lacroix, Jean-Yves, *L'Utopie*, col. Philosophie Présente, Paris, Bordas, 1994;

Lourenço, Eduardo et al, *Chemins de la Pensée: Vers de Nouveaux Languages*, dir. Eduardo Portella, Paris, Ed. Unesco, 2000

Lourenço, Eduardo, «A Propósito de Freyre (Gilberto)» (1961), *Ocasionais I 1950-1965*, col. Ensaios, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1984, pp.105/112

Lourenço, Eduardo, «Cultura e Lusofonia ou os Três Anéis», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp.161/172

Lourenço, Eduardo, «Errância e Busca num Imaginário Lusófono» (1987), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999., pp.111/119

Lourenço, Eduardo, «Foucault ou o Fim do Humanismo», *As Palavras e as Coisas – Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, col. Signos 47, Lisboa, Ed. 70, 1967, pp. 9/20

Lourenço, Eduardo, «Imagem e Miragem da Lusofonia» (1996), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp.173/182

²⁰ Eduardo Lourenço, «O Novo Espaço Lusófono ou os Imaginários Lusófonos», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, op.cit., p.192

²¹ Eduardo Lourenço, «Cultura e Lusofonia ou os Três Anéis», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, op.cit., p.165

Lourenço, Eduardo, «O Novo Espaço Lusófono ou os Imaginários Lusófonos», *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999., pp.183/192

Nietzsche, F., *Assim Falava Zaratustra*, col. Obras Escolhidas de Nietzsche, volIV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

Trousseau, Raymond, *D'Utopie et D'Utopistes*, col. Utopies, Paris, Ed. L'Harmattan, 1998;